
Distopia e Utopia do Nacionalismo Vira-Lata: Herança Biológica e Determinismo Genético

Edson Pereira Silva*
Michelle Rezende Duarte*
Luca Ribeiro Mendes Nicola*

Resumo: A noção de que as características presentes numa população podem ser reduzidas a sua herança biológica e de que essa herança tem a força de um destino de grandeza (ou inferioridade), longe de ser algo novo, permeia o senso comum e, também, as ciências desde muito tempo. No caso brasileiro, o fato de que a nossa população tem uma origem mestiça tem sido acompanhada de uma série de representações que oscilam da distopia (“complexo de vira-latas”) a utopia (“elogio do vira-lata”), formando aquilo que é aqui chamado de um verdadeiro “nacionalismo vira-lata”. As origens dessas distopias e utopias que tem acompanhado o fato da população brasileira ser miscigenada são discutidas em relação às ideias de herança biológica e determinismo genético. A conclusão é que o determinismo biológico que acompanha esses mitos enraizados no senso comum é um reducionismo científico associado às mais diversas manifestações ideológicas.

Palavras-chave: mestiçagem, raças, determinismo biológico.

Dystopia and Utopia of Mongrel Nationalism: Biological Inheritance and Genetic Determinism

Abstract: The notion that what characterizes a population can be explained by its biological heritage and that this heritage can define a fate of grandeur (or inferiority), far from being something new, permeates common sense and also the sciences for long. In the Brazilian case, the fact that our population has a origin in the racial mixing has been accompanied by a series of representations ranging from dystopia (“The mongrel complex”) to utopia (“The mongrel praise”), constituting what is here called a true “mongrel nationalism”. The origins of these dystopias and utopias that have been accompanying the fact that the Brazilian population has a history of miscegenation are discussed in relation to the ideas of biological inheritance and genetic determinism. The

conclusion is that the biological determinism that accompanies these myths is a scientific reductionism associated with diverse ideological influences.

Keywords: miscegenation, races, biological determinism.

Introdução

Ao ser perguntado sobre as condições de subdesenvolvimento do Brasil, o general da reserva Antônio Hamilton Mourão (1953-atual), em sua primeira agenda como candidato à vice-presidência da República, respondeu que a razão para tanto era a herança da indolência dos índios, da malandragem dos africanos, e do privilégio dos ibéricos (RAATZ; STRAZZER, 2018). De acordo com Mourão, essa “junção das três raças” seria a justificativa para a incapacidade do Brasil de transformar sua enormidade de recursos naturais em poder geopolítico de magnitude correspondente. Além disso, a miscigenação tupiniquim teria como consequência o “complexo de vira-lata”. Ao ser questionado sobre suas assertivas, o militar da reserva reafirmou: “Isso faz parte do DNA do brasileiro. Nós não somos nenhuma raça pura. Somos uma amálgama dessas culturas” (RAATZ; STRAZZER, 2018).

Essa noção de que as características presentes numa população podem ser reduzidas a sua herança biológica e de que essa herança tem a força de um destino de grandeza (ou inferioridade), longe de ser algo novo, permeia o senso comum e, também, as ciências desde muito antes do general nascer. Neste artigo, a distopia e a utopia que tem acompanhado o fato da população brasileira ter origem miscigenada são discutidas em relação às ideias de herança biológica e determinismo genético.

Distopia: o complexo de vira-latas

“Complexo de vira-latas” é o título de uma crônica de 31 de maio de 1958, escrita por Nelson Rodrigues (1912-1980) para revista *Manchete*. O texto foi a última crônica do autor antes da estreia da seleção brasileira na copa do mundo da Suécia, na qual o Brasil conquistou o seu primeiro título mundial. Nesse texto, Nelson Rodrigues defende:

Eis a verdade, amigos: - desde 50 que o nosso futebol tem pudor de acreditar em si mesmo. A derrota frente aos uruguaios, na última batalha, ainda faz sofrer, na cara e na alma, qualquer brasileiro. Foi uma humilhação nacional que nada, absolutamente nada, pode curar. Dizem que tudo passa, mas eu vos digo: menos a dor-de-cotovelo que nos ficou dos 2 x 1. E custa crer que um escore tão pequeno possa causar uma dor tão grande. O tempo em vão sobre a derrota. Dirse-ia que foi ontem, e não há oito anos, que, aos berros, Obdulio arrancou, de nós, o título. Eu disse "arrancou" como poderia dizer: - "extraíu" de nós o título como se fosse um dente (RODRIGUES, 1958, p. 61).

Estaria nesse fato a origem do “complexo de vira-latas” do futebol (e da nação) brasileiro, que ele mesmo define, antevendo o espanto do seu leitor:

Por "complexo de vira-latas" entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos "os maiores" é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagem do empate. Pois bem: - e perdemos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: - porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos (RODRIGUES, 1958, p. 62).

Nelson Rodrigues termina a sua crônica com um chamado ao torcedor e uma profecia futebolística que se concretizou:

Eu vos digo: - o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol para dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: - para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão (RODRIGUES, 1958, p. 62-63).

Desde então, o Brasil foi cinco vezes campeão do mundo de futebol, se tornando umas das grandes potências no esporte (esquivando-se um 7 x 1 em 2014 contra a Alemanha em terras pátrias), mas o “complexo de vira-latas” aludido por Nelson Rodrigues se estabeleceu como a alcunha que melhor define um conjunto de ideias (e um sentimento de inferioridade) que vê na miscigenação do povo brasileiro, a origem de muitos dos seus males.

Aquilo que pode ser definido como “Paradigma Racial” foi inaugurado, por volta de 1870, por Silvio Romero (1851-1914), um advogado, jornalista, crítico literário, ensaísta, poeta, historiador, filósofo, cientista político, sociólogo, escritor, professor e político brasileiro. A partir dessa corrente de pensamento, a partir de 1910, por exemplo, começaram a se formar no Brasil os movimentos eugênicos. Nesta época o Brasil era considerado, ainda,

um país em formação. Tendo abolido a escravidão em 1888 e aderido à República em 1889, o país possuía muitos problemas sociais como as condições precárias de saneamento, a saúde pública alarmante e uma absoluta negligência em relação à população negra (SOUZA, 2008). Nessa conjuntura, a explicação biológica tornou-se, para a classe dominante, a mais fácil e simples para as mazelas econômico-político-sociais do país e, a eugenia, a solução para estes problemas.

O movimento eugênico brasileiro contou com o apoio de figuras importantes como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) que, já no final do século XIX, preocupava-se com a questão racial e defendia uma abordagem eugênica para melhoria da raça e da nação brasileira que, neste momento da história, funcionavam quase como sinônimos. Segundo Nina Rodrigues, a solução era impedir o cruzamento entre brancos, negros e vermelhos, que eram as raças reconhecidas como existentes no Brasil (STEFANO & NEVES, 2007). Já no século XX, são os médicos e professores das faculdades de medicina os defensores dos ideais eugênicos e seus principais propagandistas no país. Em 1913, por exemplo, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães (1873-1943), professor da Faculdade de Medicina da Bahia, proferiu a primeira conferência sobre eugenia no Brasil, intitulada *Pró Eugenismo* (SOUZA, 2008).

Em todos os casos, a maior preocupação das elites era com a miscigenação e o perigo que ela representava para a população brasileira (branca e abastada). A prática do registro dos dados familiares e o estudo das genealogias receberam aqui a denominação de “raciologia”, denotando a ideologia por trás deste tipo de “prática científica” instaurada. Genealogias que indicassem a presença de ancestrais negros e mestiçagem eram tomadas como evidência de contaminação das famílias por raças consideradas inferiores.

Com o passar dos anos a eugenia foi ganhando mais força ainda no país. Em 1918 foi inaugurada, em São Paulo, sob a mobilização da elite médica paulistana, a “Sociedade Eugênica de São Paulo”. Este foi um primeiro passo para institucionalização do movimento eugênico na América Latina (SOUZA *et al.*, 2014). Após 1920, a eugenia já estava consolidada na sociedade brasileira. Uma figura central, neste momento, foi Renato Kehl (1889-1974), médico farmacêutico, responsável pela criação do “Boletim da Eugenia”, um pequeno jornal que pretendia divulgar a ciência da eugenia para a população (SOUZA, 2006):

Seu objetivo era divulgar a eugenia entre a comunidade científica, médicos, intelectuais, políticos, advogados e professores. Divulgava eventos e concursos de eugenia, relatava congressos, anunciava bibliografias e apresentava diversas pesquisas e reflexões sobre os problemas da época e questões de interesse (MAI & BOARINI, 2002, p. 130).

Kehl chegou a fazer uma visita de estudos à Alemanha, no final dos anos 1920. Essa viagem influenciou muito as suas ideias, que se tornaram mais radicais, incorporando a defesa de políticas de segregação e esterilização (WEGNER, 2011). Felizmente, contudo, o movimento eugênico brasileiro não foi marcado por esterilizações em massa, tendo se caracterizado mais por uma eugenia higienista (ou lamarckista), a exemplo de outros países latino americanos. Nesta vertente eugênica, havia uma ênfase nas condições sanitárias e de educação locais. Acreditava-se que a melhoria destas condições levaria, também, a uma melhoria dos indivíduos que, assim, transmitiriam estas melhoras às futuras gerações.

Utopia: *O elogio do vira-lata*

O Elogio do vira-lata e outros ensaios é o título do mais novo livro do economista Eduardo Giannetti (2018). O ensaio que dá título a coletânea pergunta:

Quem é, afinal, o vira-lata? A definição do termo remete a três acepções básicas: “cão ou cadela sem raça definida” (literal); “qualquer animal doméstico sem raça definida” (por extensão); e “pessoa sem classe; sem vergonha” (figurado). O vira-lata, portanto, é quem carece de raça definida, ou seja, é o fruto da mistura de raças ou mestiço. E pior: a palavra embute uma conotação figurada de caráter pejorativo, como, aliás, deixa clara a definição de “mongrel” (equivalente ao nosso vira-lata) na língua inglesa: Além do sentido literal (“a dog of no definable type or breed”), o termo possui a acepção figurada, definida explicitamente como “offensive” (causadora de ofensa), de “a person of mixed descent”, isto é, pessoa de ascendência mista (GIANNETTI, 2018, p. 29).

A partir da dura constatação de que o “complexo de vira-latas” explicita um preconceito que ecoa o mais puro nazismo (“Tudo o que no mundo não é raça pura, é joio”; HITLER, 1983, p. 192), Giannetti vai defender uma verdade singela:

O Brasil é vira-lata. Não, é claro, no sentido do complexo que leva esse nome, mas no sentido que importa, ou seja, no reconhecimento da nossa natureza mestiça no corpo, na alma e no jeito de ser. Na penosa construção simbólica de nós mesmos, a tarefa maior é virar o “complexo de vira-latas” do avesso. Transformar em virtude libertadora o que foi antes estigmatizado como capital fraqueza. Recolher a nossa pseudomaldição e dar-lhe um sinal decididamente positivo (GIANNETTI,

2018, p. 32).

Ao defender a positivação da nossa origem mestiça o autor está se aliando a uma corrente do pensamento social e literário brasileiro (Gilberto Freyre, 1900-1987; Jorge Amado, 1912-2001; Darcy Ribeiro, 1922-1997; entre outros) que desenvolveu a ideia do Brasil como uma nação original e redentora dos erros (as duas grandes guerras) do velho mundo. A natureza dessa originalidade estaria exatamente no caráter mestiço e, portanto, de novo mundo dessa civilização. Os exemplos da pujança dessa nova civilização são recorrentes e incluem a construção de Brasília, a bossa nova, a palma de ouro em Cannes com o filme *O pagador de promessas*” etc.

O grande nome dessa corrente, que pode ser chamada de “Paradigma Cultural”, foi certamente Gilberto Freyre e seu *Casa-Grande & Senzala* (1933). Nesse livro, que é um grande ensaio histórico-sociológico, a mestiçagem aparece como um símbolo do caráter democrático da cultura brasileira. Contudo, menos do que um deslocamento do foco da análise das raças para cultura, o que Freyre executa é uma análise neolamarckista, deslocando o fator determinante da raça (herança biológica) para o ambiente. Assim, as origens dos males sociais brasileiros não seriam inatas, mas estariam relacionadas a aspectos como alimentação, ecologia, influências geográficas, condições sanitárias, costumes e tradições. Dessa forma, embora com um discurso “cultural” a compreensão das mazelas brasileiras não se diferenciava muito da estratégia de eugenia higienista de um Renato Kehl.

Na literatura, Jorge Amado será um dos grandes defensores dessa utopia da miscigenação que estará mais evidente no seu livro *Tenda dos milagres* (1969). Nesse romance, a personagem Pedro Archanjo, acadêmico mulato e defensor da “mistura de raças”, se contrapõe teoricamente ao Professor Nilo Argolo (uma referência clara ao Médico Nina Rodrigues) e suas ideias eugenistas. Se, para Argolo, um país de mestiços não tinha futuro, para Archanjo era a mestiçagem que trazia a qualidade de “humanismo” e uma lição para um mundo que quase se destruíra na guerra sob o mito da “raça pura”. Nas palavras de Pedro Archanjo:

Se o Brasil concorreu com alguma coisa válida para o enriquecimento da cultura universal foi com a miscigenação - ela marca nossa presença no acervo do humanismo, é a nossa contribuição para a humanidade (AMADO, 1969, p. 107).

A utopia da nação mestiça de Jorge Amado vai prosseguir panfletariamente nos seus

romances pregando um Brasil tropical de convivência harmoniosa entre as raças, um exemplo de fraternidade e irmandade. Ideias que escamoteavam o profundo racismo do país e foi duramente criticado por alguns (GALVÃO, 1976).

Outro exemplo de obra que tenta recolocar o problema das nossas origens mestiças é o esforço teórico de Darcy Ribeiro no seu *O povo brasileiro* (1995). Negando qualquer tipo de “colonização” teórica, Darcy, já no prefácio do livro, se insurge contra o “complexo de vira-lata” que, segundo ele, assola o intelectual brasileiro:

Escrever um livro tão ambicioso me custou algum despeito dos enfermos de sentimento de inferioridade, que não admitem a um intelectual brasileiro o direito de entrar nesses debates, tratando de matérias tão complexas. Sofreu restrições, também dos comunistas, porque era um livro não marxista, e dos acadêmicos da direita, porque era um livro marxista (RIBEIRO, 1995, p. 13).

A descrição de Darcy Ribeiro sobre a origem dos “brasileiros” é dramática e, segundo ele, se deu naquilo que ele chama de “moinhos de gastar gente”, o que inclui o preconceito, a segregação, a autonegação. Nas palavras de Darcy:

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiro somos, por igual, a mão possessa que os supliciou (RIBEIRO, 1995, p. 108).

E ainda:

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguentude de não índios, não europeus e não negros, que eles veem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira (RIBEIRO, 1995, p. 118).

Contudo, mesmo nessa descrição cruel (e realista) da forja que nos originou, Darcy Ribeiro vê o Brasil como uma nova Roma:

Estamos nos construindo na luta para florescer amanhã como uma nova civilização, mestiça e tropical, orgulhosa de si mesma. Mais alegre, porque mais sofrida. Melhor, porque incorpora em si mais humanidades (RIBEIRO, 1995, p. 411).

Assim, seja no “complexo de vira-latas” ou no “elogio do vira-lata”, a questão fundamental presente em todas essas formas de pensamento é a noção de que herança biológica (origem mestiça do povo brasileiro) é aquilo que está definindo a nossa singularidade como nação, num verdadeiro nacionalismo vira-lata. Na próxima seção desse

artigo essa ideia de que a herança biológica e sua vertente mais recente, o determinismo genético, tem o poder de definir uma nação ou um povo são apresentadas e discutidas.

Herança biológica e determinismo genético

A explicação de que a origem das diferenças encontradas entre indivíduos, gêneros, etnias e nações está fundada na biologia é uma ideia antiga que se chama determinismo biológico (LEWONTIN, 1976). Exemplos da manifestação dessa concepção podem ser encontrados ao longo da história da humanidade. Na Grécia Antiga, em Esparta, por exemplo, os bebês considerados malformados eram jogados em um precipício (DURANT, 1966). Um pouco mais à frente na história, no século XVIII, físicos (como eram chamados os médicos) da Inglaterra afirmavam que, durante o desenvolvimento, havia uma competição entre o cérebro e o útero, o que determinaria que as mulheres submetidas à educação formal se tornariam estéreis (LEWONTIN, 1982). No ano de 1924, nos Estados Unidos, foi aprovada uma lei de restrição à imigração que estabelecia cotas de entrada de imigrantes de países do leste europeu, com a justificativa de que esses imigrantes eram geneticamente inferiores e que a miscigenação acarretaria a poluição do conteúdo genético americano (ALLEN, 1997). Um estudo do governo, também nos Estados Unidos, realizado na década de 1990 atribuía à elevada taxa de criminalidade em cidades interioranas, nas quais a frequência de afrodescendentes era alta, a uma predisposição genética de negros a comportamentos violentos (ALLEN, 2001). E, no início dos anos 2000, com um investimento multimilionário, foi terminado o “Projeto Genoma Humano” que prometia revelar os segredos da “natureza”¹ humana (DAR-NIMROD & HEINE, 2011). Apesar de todas essas teorias e alegações terem sido desacreditadas do ponto de vista científico em algum momento, a grande teoria da determinação biológica das diferenças humanas não foi superada, mas veio mudando a sua causa material aristotélica (SOLHA & SILVA, 2004) que encontrou a sua forma mais robusta nos genes e seu discurso mais sofisticado no determinismo genético.

O determinismo genético afirma que as diferenças socioeconômicas observadas na

¹Natureza está entre aspas por se referir a uma ideia essencialista que surge com Platão e, no século XX, com o advento da genética moderna, encontra uma base material na molécula do DNA que encerraria em um código todos os segredos das idiosincrasias individuais e da singularidade humana.

sociedade são produto das diferenças de habilidades encontradas entre os indivíduos. Dessa forma, se os homens assumem com maior frequência do que as mulheres cargos de liderança em grandes empresas, isso se deve, segundo o discurso determinista, à maior capacidade de liderança dos indivíduos do gênero masculino. Portanto, essas habilidades estão associadas a diferenças biológicas entre os indivíduos, como o gênero. Se essas diferenças têm natureza biológica, então, elas devem ser herdadas geneticamente. Como os genes se encontram codificados no DNA, logo, as diferenças que são encontradas entre indivíduos, gêneros, classes sociais, etnias, nações etc. devem ser um produto natural da expressão dos genes. Portanto, se está nos genes a codificação dessas características, então, elas são inapeláveis e inalteráveis. As diferenças entre os gêneros, etnias e classes sociais se tornam, portanto, entidades biológicas que reproduzem na sociedade a sua realidade biológica desigual (LEWONTIN, 1982).

Esse tipo de pensamento se baseia numa visão simplificada da expressão gênica, na qual características e genes têm uma relação de um para um, ou seja, que uma determinada característica (ou doença) pode ter a sua existência determinada por um gene específico (GERICKE *et al.*, 2017). O problema é que, para organismos eucarióticos², relações monogênicas foram descritas para pouquíssimas características dentre muitas já estudadas, com a grande maioria pertencendo à classe das características com origem poligênica, na qual a interação entre genes de diferentes *loci* contribuem para a formação do fenótipo (LEWONTIN, 2011). E, mesmo nesses casos, o modelo de origem poligênica não contabiliza a interação entre genes e ambiente no desenvolvimento de uma característica, ou seja, a norma de reação dos genótipos (LEWONTIN, 1982). É por conta disso que a tarefa de determinar uma base genética para as características fenotípicas é uma tarefa extremamente laboriosa e que, muitas vezes, não é passível de ser cumprida por conta do elevado número de genes envolvidos na determinação de uma única característica (KELLER, 2000). Mais que isso, dada a complexidade inerente à herança de características comportamentais (ROSE *et al.*, 1984), a afirmação de que a indolência ou a malandragem

² Organismos eucarióticos são os seres vivos com células eucarióticas, ou seja, células que apresentam um núcleo celular cercado por uma membrana (a membrana nuclear) e, portanto, com seu material genético (DNA) compartimentado. Os organismos eucarióticos podem ser unicelulares ou pluricelulares. Diferentemente organismos procarióticos são os seres vivos com células desprovidas de um núcleo bem diferenciado, sendo sempre unicelulares. São exemplos de organismos eucarióticos pluricelulares os animais, as plantas e os fungos. São exemplos de organismos eucarióticos unicelulares os protozoários.

são genéticas está menos fundada em evidências científicas concretas e mais baseada em convicções de senso comum.

Apesar disso, a recorrência do discurso determinista genético tem sido descrita tanto no discurso social (KELLER, 2000) quanto no discurso midiático (CAMARGO JR. & CAMARGO I, 2010; CONDIT *et al.*, 1998; PHELAN *et al.*, 2013; VESTA, 2005). Existem diversas explicações para a persistência das ideias do determinismo genético apesar do seu descrédito como teoria científica. Uma explicação comumente utilizada para esse fato é a de que essas ideias são consequência de um baixo nível de conhecimento sobre genética e genômica (CASTÉRA & CLÉMENT, 2014). Outros trabalhos têm produzido evidências de que existe uma relação entre a aceitação das ideias do determinismo genético e alguns fatores sociais como religião, gênero e *status* socioeconômico (PARROTT *et al.*, 2004; SHOSTAK *et al.*, 2009). Mais que isso, alguns trabalhos têm demonstrado que quanto maior a crença das pessoas no determinismo genético, maior a sua predisposição para atitudes intolerantes como racismo, sexismo, e atitudes discriminatórias contra pobres (DAMBRUN *et al.*, 2009; HASLAM *et al.*, 2002; KELLER, 2005). Independentemente da sua causa, a influência desse discurso se mostra resistente à mudança e uma grande quantidade de trabalhos tem relatado a presença dessas ideias no público em geral e, surpreendentemente, também entre alunos e professores de todos os níveis de ensino (BELMIRO *et al.*, 2017; CASTÉRA *et al.*, 2013; CONDIT *et al.*, 2001; CONDIT *et al.*, 2004; CONDIT *et al.*, 2009; JOAQUIM, 2007; MORRIN-CHASSÉ, 2014; SUHAY & JAYARATNE, 2013).

Uma das características marcantes do determinismo genético é a sua roupagem científica, ou seja, ele se apresenta sempre em consonância com os avanços científicos mais recentes (genética molecular, genômica, biotecnologia etc.) e, algumas vezes, no posicionamento de algumas celebridades. Por exemplo, James Watson (1928-atual) ao fazer propaganda do Projeto Genoma Humano não se poupou de afirmar que:

[...] um livro de instruções mais importante do que esse nunca será achado em seres humanos... que irá, não só nos ajudar a entender como funcionamos como seres humanos saudáveis, mas também explicará o papel de fatores genéticos numa série de doenças como câncer, Alzheimer, e esquizofrenia [...] (WATSON, 1990, p. 44).

Essas são afirmativas no mínimo precipitadas do Prêmio Nobel de Medicina (1962) e colocam em evidência a forma como as premissas (falsas) e as promessas (enganosas) do

determinismo genético vêm a público. O determinismo genético representa não só um conjunto de ideias pseudocientíficas como, também, uma agenda conservadora (GOULD, 1981; LEWONTIN, 1982; ROSE *et al.*, 1984). Nesse sentido, a sua influência nas esferas pública, científica, educacional, social e política não podem ser subestimadas.

Considerações finais

O “Determinismo Biológico” que acompanha a origem mestiça do povo (e da nação) brasileiro é um desses mitos particularmente enraizados no senso comum. Sua influência está presente cotidianamente nos mais diversos meios de comunicação (jornais, rádio, TV etc.) e os seus ecos podem ser ouvidos até mesmo na academia. Contudo, ele não passa de um reducionismo científico associado às mais diversas manifestações ideológicas.

A relação entre ciência e ideologia é fenômeno bem conhecido pelos estudiosos da história e filosofia da ciência e não causa mais espanto. A ciência, como mais uma obra humana, não poderia estar imune à história do seu tempo. Assim é que as novas teorias refletem muito das ideias, expectativas e sentimentos dominantes na sua época e, depois, já bem estabelecidas, passam a funcionar como mecanismo legitimador das ideologias mais diversas. O “nacionalismo vira-lata” que foi discutido nesse artigo em relação à distopia e a utopia que ele encerra é um exemplo disso.

A ciência não pode ser encarada como um conhecimento absolutamente destituído de historicidade, acima do bem e do mal, neutro e objetivo. A ciência deve ser entendida como a obra humana que é e, conseqüentemente, na sua dialética com todos os fatores históricos e sociais. Assim, longe de ser sinônimo de verdade, a ciência deve ser encarado como trabalho humano para vencer uma série de mentiras que nos acompanham desde há muito tempo.

Referências Bibliográficas

ALLEN, G. The Biological Basis of Crime: An Historical and Methodological Study. *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences*, 31(2):183-222, 2001.

ALLEN, G. The social and economic origins of genetic determinism: A case history of the American Eugenics Movement, 1900–1940 and its lessons for today. *Genetica*, 99:77-88,

1997.

AMADO, Jorge. 1969. Tenda dos Milagres. São Paulo: Cia. das Letras/2010

BELMIRO, M.; DINIZ, M. & BARROS, M. Ensino de Genética no Ensino Médio: Uma Análise Estatística das Concepções Pré-Universitárias. **Revista Práxis**, 9(17):95-102, 2017.

CAMARGO JR, K. & CAMARGO I, T. Representações sobre Genética em Veículos de Grande Circulação no Brasil. **Revista de Saúde Coletiva**, 21(3):853-863, 2010.

CASTÉRA, J. & CLÉMENT, P. Teacher's Conceptions About the Genetic Determinism of Human Behaviour: A Survey in 23 Countries. **Science & Education**, 23(2):417-443, 2014.

CASTÉRA, J.; SARAPUU, T. & CLÉMENT, P. Comparison of French and Estonian students' conceptions in genetic determinism of human behaviours. **Journal of Biological Education**, 47(1):12-20, 2013.

CONDIT, C., OFULUE, N., & SHEEDY, K. Determinism and mass media portrayals of genetics. **American Journal of Human Genetics**, 62:979-984, 1998.

CONDIT, C.; FERGUSON, A.; KASSEL, R.; TADHANI, C.; GOODING, H. & PARROT, R. An explanatory study of the impact of news headlines on genetic determinism. **Science Communication**, 22:379-395, 2001.

CONDIT, C.; GRONNVOLL, M.; LANDAU, J.; SHEN, L.; WRIGHT, L. & HARRIS, T. Believing in Both Genetic Determinism and Behavioral Action: A Materialist Framework and Implications. **Public Understanding of Science**, 18(6):730-46, 2009.

CONDIT, C.; PARROT, R.; HARRIS, T.; LYNCH, J. & DUBRIWNY, T. The Role of "Genetics" in Popular Understandings of Race in the United States. **Public Understanding of Science**, 13(3):249-272, 2004.

DAMBRUN, M.; KAMIEJSKI, R.; HADDADI, N. & DUARTE, S. Why Does Social Dominance Orientation Decrease with University Exposure to the Social Sciences? The Impact of Institutional Socialization and the Mediating Role of "Geneticism". **European Journal of Social Psychology**, 39:88-100, 2009.

DAR-NIMROD, I. & HEINE, S. Genetic Essentialism: On the Deceptive Determinism of DNA. **Psychological Bulletin**, 137(5):800-818, 2011.

DURANT, W. A história da civilização. Volume II: Nossa Herança Clássica. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1966.

FREYRE, Gilberto. 1933. Casa Grande & Senzala. São Paulo: Circulo do Livro.

GALVÃO, Walnice Nogueira. 1976. Amado, respeitoso, respeitável. In: Saco de Gatos. São Paulo: Duas Cidades.

GERICKE, N.; CARVER, R.; CASTÉRA, J.; EVANGELISTA, N.; MARRE, C. & EL-HANI, C. Exploring Relationships Among Belief in Genetic Determinism, Genetics Knowledge, and Social Factors. **Science & Education**, 26(10): 1223-1259, 2017.

GIANNETTI, Eduardo. 2018. O Elogio do Vira-Lata e Outros Ensaio. São Paulo: Cia. das Letras.

- GIANNETTI, Eduardo. 2018. O elogio do vira-lata. In: O Elogio do Vira-Lata e Outros Ensaio. São Paulo: Cia. das Letras.
- GOULD, S. **A Falsa Medida do Homem**. 1ª edição brasileira. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1981.
- HASLAM, N.; ROTHSCHILD, L. & ERNST, D. Are Essentialist Beliefs Associated With Prejudice? **British Journal of Social Psychology**, 41:87-100, 2002.
- HITLER, Adolf. *Minha Luta*. São Paulo: Editora Moraes, 1983.
- JOAQUIM, L. Genes: **Questões Epistemológicas, Conceitos Relacionados e Visões de Estudantes de Graduação**. 2007. 190 p. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia.
- KELLER, E. **The Century of the Gene**. Nova York: Harvard University Press, 2000.
- KELLER, J. In Genes We Trust: The Biological Component of Psychological Essentialism and Its Relationship to Mechanisms of Motivated Social Cognition. **Journal of Personality and Social Psychology**, 88(4):686-702, 2005.
- LEWONTIN, R. Biological Determinism. Pp. 147-183. In: The Tanner Lectures on Human Values. Realizado na Universidade de Utah, Estados Unidos, 1982.
- LEWONTIN, R. The Fallacy of Biological Determinism. *The Sciences*, 16(2):6-10, 1976.
- LEWONTIN, R. The Genotype/Phenotype Distinction. In **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Zalta, N (Ed.). 2011. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/genotype-phenotype/>>. Acessado em: 10/06/2019.
- MAI, L.D. & BOARINI, M. L. 2002. Estudo sobre forças educativas eugênicas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. *Ciência Cuidado e Saúde*. 1(1):129-132.
- MORRIN-CHASSÉ, A. Public (Mis)understanding of News about Behavioral Genetics Research: a Survey Experiment. **BioScience**, 64: 1170-1177, 2014.
- PARROTT, R.; SILK, K.; WEINER, J.; CONDIT, C.; HARRIS, T. & Bernhardt, J. Deriving Lay Models of Uncertainty About Genes' Role in Illness Causation to Guide Communication About Human Genetics. **Journal of Communication**, 54(1):105-122, 2004.
- PHELAN, J.; LINK, B. & FELDMAN, N. The Genomic Revolution and Beliefs about Essential Racial Differences: A Backdoor to Eugenics? **American Sociological Association**, 78(2):167-191, 2013.
- RAATZ, Luiz; STRAZZER, Filipe. Mourão liga índio à 'indolência' e negro à 'malandragem'. **Estadão**. Publicado em 06 ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,mourao-liga-indio-a-indolencia-e-negro-a-malandragem,70002434689>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras/2006.
- RODRIGUES, Nelson. Complexo de vira-latas. In: **À sombra das chuteiras imortais**.

São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

ROSE, S.; LEWONTIN, R. & KAMIN, L. **Not in our Genes: Biology, Ideology and Human Nature**. Londres: Penguin Books, 1984.

SHOSTAK, S.; FREESE, J.; LINK, B. & PHELAN, J. The Politics of the Gene: Social Status and Beliefs About Genetics For Individual Outcomes. **Social Psychology Quarterly**, 72(1):77-93, 2009.

SOLHA, G. & SILVA, E. Onde Está O Lugar Do Conceito De Gene? **Episteme**, 19: 45-68, 2004.

SOUSA, A.C.; MUXFELDT, A.K.; JUSTINA, L.A. & MEGLHIORATTI, F. 2014. A presença da eugenia em uma revista de divulgação científica no período de 1990 a 2009. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*. 14(1):31-53.

SOUZA, V.S. 2006. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. *Revista de História Regional*. 11(2)29-70.

SOUZA, V.S. 2008. Por uma nação Eugênica: Higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910-1920. *Revista Brasileira de História da Ciência* 1(2):146-166.

STEFANO, N.L. & NEVES, M. 2007. Mestiçagem e eugenia: um estudo comparativo entre as concepções de Raimundo Nina Rodrigues e Octavio Domingues. *Filosofia e História da Biologia*. (2):445-456.

SUHAY, E. & JAYARATNE, T. Does Biology Justify Ideology? The Politics of Genetic Attribution. **Public Opinion Quarterly**, 77(2):497-521, 2013.

VESTA, T. In the Beginning Was the Gene: The Hegemony of Genetic Thinking in Contemporary Society. **Communication Theory**, 15(1):100-123, 2005.

WATSON, J. The Human Genome Project: Past, Present and Future. **Science**, 248(495):44-49, 1990.

WEGNER, R. 2011. Renato Kehl, a eugenia alemã e a doença de Nietzsche. 10 p. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo*.

***Edson Pereira Silva** possui bacharelado em Biologia Marinha pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Genética pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991), doutorado em Genética pela University of Wales-Swansea (1998) e pós-doutorado em Genética Molecular pela University of Swansea. Professor Associado do Departamento de Biologia Marinha da Universidade Federal Fluminense, onde coordena o Laboratório de Genética Marinha e Evolução. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Genética de Populações de Organismos Marinhos, atuando principalmente nos seguintes temas: genética molecular, conservação, bioinvasão, teoria evolutiva, epistemologia e ensino.

***Michelle Rezende Duarte** possui bacharelado, mestrado e doutorado em Biologia

Marinha, todos pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente desenvolve o Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Biologia Marinha e Ambientes Costeiros da Universidade Federal Fluminense no Laboratório de Genética Marinha e Evolução. Tem experiência nas áreas de genética de populações e análise de dados e meta-dados em ecologia, genética e evolução.

***Luca Ribeiro Mendes Nicola** possui bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Fluminense, onde atualmente faz o curso de Licenciatura. Desenvolve, no Laboratório de Genética Marinha e Evolução-UFF, pesquisas relacionadas aos aspectos epistemológicos e de ensino do determinismo biológico e genético.